



1
2
3 **Ministério da Cultura**
4 **Conselho Nacional de Política Cultural**
5
6
7
8

9 **Ata**

10
11 **3ª Reunião Ordinária**
12 **Conselho Nacional de Política Cultural**
13
14

15 **CNPC**

16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28 Hotel Saint Peter, Salão Alvorada
29 Brasília – DF
30 19 e 20 de agosto de 2008
31
32

33
34
35
36
37
38

MINISTÉRIO DA CULTURA
Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

39Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas e quinze
40minutos, no Hotel Saint Peter, localizado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra dois, no Salão
41Alvorada, Brasília, DF, sob a presidência do Exmo. Ministro de Estado da Cultura,
42Interino, e vice-presidente do CNPC, Sr. Juca Ferreira, e com a presença dos
43seguintes Conselheiros: Gustavo Vidigal – coordenador-geral do CNPC; Adriano
44Souza Araújo – Música Popular; Alberto Ferreira Júnior – Associação Nacional dos
45Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Alfredo Manevy –
46MinC; Álvaro Salmito – SESC; Amilson Godoy – Música Erudita; André Lázaro – MEC;
47Antônio Carlos Vieira – Museus; Antônio Menezes – Ministério das Cidades; Bruno
48Monteiro – Artes Visuais; Carolina J. de Campos – Ministério do Turismo; César Piva –
49Inclusão Social por Intermédio da Cultura; Dulce Lamago Silva – Dança; Ignácio José
50Kornowski – Confederação Nacional de Municípios (CNM); Fernando Rossetti – Grupo
51de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Francisco Auto Filho – Fórum Nacional
52de Secretários Estaduais; Geraldo Moraes, Guido Lemos e Mário Baibich, por
53indicação do Ministro de Estado; Isabel Costa – Casa Civil; José Silvestre Gorgulho –
54Fórum Nacional de Secretários Estaduais; João Roberto Costa do Nascimento (Peixe)
55– Frente Nacional dos Prefeitos; Laura Cristina Maia – Associação Brasileira de
56Municípios; Luis Roberto de Oliveira – Entidades de Pesquisa; Luiz de Jesus de Fidélis
57– Povos Indígenas; Luiz Phelipe Andrés - Patrimônio Material; Maurício Pestana –
58Culturas Afro-Brasileiras; Michel Etlin – Associação Nacional de Entidades Culturais;
59Oséas Borba Neto – Teatro; Otávio G. Cardoso Alves Velho – Sociedade Brasileira
60para o Progresso da Ciência (SBPC); Patrícia Canetti – Artes Digitais; Paula Ribeiro –
61Culturas Populares; Paulo Knauss – Arquivos; Paulo Ormino de Azevedo –
62Patrimônio Imaterial; Roberto Nascimento e Silvio Da-Rin, ambos do Ministério d
63Cultura; Solange Lima – Audiovisual; Victorino Chermont de Miranda – Instituto
64Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Estavam presentes como convidados: José
65Antônio Pinto Ribeiro – Ministro de Estado da Cultura de Portugal; Tarso Genro –
66Ministro da Justiça; Silvana Meireles – Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva;
67Francisco Seixas Costa – Embaixador de Portugal no Brasil; Débora Maia –
68Assessoria de Imprensa da Associação Brasileira de Municípios (ABM); Ricardo
69Tôrres – Chefe de Cerimonial do Ministério da Justiça; Osvaldo Viégas – Presidente
70do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura; Morgana Eneile – Secretaria
71Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores (PT); Maria Cláudia Cabral –
72Programa Mais Cultura (MinC), teve início a 3ª Reunião Ordinária do Conselho
73Nacional de Política Cultural – CNPC, destinada a apreciar a seguinte pauta: I –
74ABERTURA DA SESSÃO. II – PAINEL “SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA: O
75PAINEL DA CULTURA”. III – DELIBERAÇÕES: A) Aprovação da Ata da 2ª Reunião
76Ordinária; B) Apresentação da Ordem do Dia; C) Informações sobre as reuniões finais
77Colegiados/Câmaras. IV – GRUPO DE TRABALHO: DECRETO Nº 5.520/2005: A)
78Apresentação do Relatório (Composição do Plenário – Art. 12); B) Debates e
79deliberações. V – TERMO DE PARCERIA MINISTÉRIO DA CULTURA E
80CINEMATECA BRASILEIRA: Debates e deliberações. VI – GRUPO DE TRABALHO:
81COLEGIADOS SETORIAIS: A) Apresentação do Relatório; B) Debates e deliberações.
82VII – PAINEL “INCENTIVOS FISCAIS E LEI ROUANET”: Debates e deliberações. VIII
83– PALESTRA “DIREITO AUTORAL”: Debates e deliberações. IX –
84ENCAMINHAMENTOS, INFORMES E BREVES COMUNICAÇÕES. Verificado o
85quorum regimental, o Exmo. Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira, declarou
86aberta a reunião, cumprimentando a todos e agradecendo a presença do Exmo.
87Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro, o Exmo. Ministro de Estado da Cultura

88de Portugal, Sr. José Antônio Pinto Ribeiro e o Exmo. Embaixador de Portugal, Sr.
89Francisco Seixas Costa. Em seguida, colocou enfaticamente que a 3ª Reunião
90Ordinária do CNPC é de relevância importância devido à parceria com o Ministério da
91Justiça com o objetivo de integrar duas políticas públicas essenciais: Justiça e Cultura.
92Mencionou o reconhecimento por parte das Nações Unidas, através da Unesco, da
93tecnologia social desenvolvida no Brasil através da cultura por meio do Mais Cultura –
94Programa de acessibilidade do Ministério da Cultura. Comentou, ainda, a importância
95da relação Brasil/Portugal visando a Língua Portuguesa como epicentro, tendo em
96vista o Acordo Ortográfico aceito entre os dois países, além da importante relação
97entre as Comunidades dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. O Exmo. Ministro
98de Estado da Cultura de Portugal, Sr. José Antônio Pinto Ribeiro, em breve discurso
99agradeceu o convite para participar da reunião, e citou a importância da relação entre
100Estado de Direito e Cultura. Foi incisivo ao colocar a Língua como instrumento
101essencial de liberdade, justificando que a ausência de riqueza verbal é um dos fatores
102geradores de violência. II – PAINEL “SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA: O
103PAPEL DA CULTURA”. Fazendo uso da palavra, o Exmo. Ministro de Estado da
104Justiça, Sr. Tarso Genro, saudou a todos e fez um breve relato da relação que Brasil e
105Portugal estabeleceram na política mundial. Informou que o Ministério da Justiça está
106desenvolvendo o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania –
107PRONASCI, que está sendo outorgado pela Declaração da Genebra e tem como
108função romper os paradigmas de Segurança Pública no Brasil. Apontou a relevância
109da correlação entre o Ministério da Justiça e os Ministérios da Educação, Cultura e
110Desenvolvimento Social no processo de execução do Pronasci. Mencionou que a
111integração do Brasil com Portugal pela origem social é evidentemente digna porque
112constitui o projeto democrático e apontou três elementos fundamentais nesse
113processo de desenvolvimento: cultura, segurança e previsibilidade. Na continuação,
114corroborou que o Ministério da Cultura é um parceiro estratégico do Ministério da
115Justiça na questão da Segurança Pública por meio das oficinas culturais criadas co o
116objetivo evitar que jovens façam parte do mundo do crime. O Exmo. Ministro de
117Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira, devido à necessidade de participar de uma vasta
118agenda de trabalho cumprimentou a todos, informando que no momento não poderia
119permanecer nesta reunião, mas que tão logo fosse possível retornaria para assumir e
120que, nesse ínterim, a reunião seria coordenada pelo Sr. Alfredo Manevy (MinC). Antes
121de se retirar, o Exmo. Ministro de Estado da Cultura presenteou os Exmos. Srs. Tarso
122Genro e José Antônio Pinto Ribeiro com um livro ainda não publicado, porém
123financiado pelo Ministério da Cultura, produzido por antropólogos e sociólogos sobre o
124tema Drogas, incorporando estudos feitos nas universidades brasileiras. O Exmo.
125Ministro de Estado da Justiça também se retirou. O Sr. Ronaldo Teixeira (MJ) iniciou a
126apresentação tecendo considerações fundamentais relativas ao PRONASCI –
127Programa Nacional de Segurança e Cidadania. Fez apresentações de como o
128Programa está se processando com liberação de recursos e com projetos aprovados e
129faz um panorama do Programa, em que citou vários pontos, dentre eles, que o
130Pronasci surgiu de um Grupo de Trabalho composto por professores, antropólogos,
131cientistas políticos, sociólogos e policiais visando conectar ações sociais e mobilizá-las
132em nome Segurança Pública. Citou três aspectos inovadores do Programa: as
133relações federativas, informando que perante a Carta Magna o Estado é responsável
134pela Segurança Pública, e que por deliberação do Exmo. Presidente da República, Sr.
135Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo quer partilhar a solução do combate à violência; a
136parceria da União, estados e municípios em prol à Segurança Pública; e a gestão da
137parceria citada anteriormente sem que o Pronasci se transforme em um Programa
138Federal, mas que seja federativo. Ressaltou que hoje existem 81 cidades
139conveniadas ao Pronasci. Na continuação, o Sr. Ronaldo Teixeira (MJ) indagou sobre
140a relação do Pronasci com a Educação e a Cultura na criação da Rede Nacional de
141Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP que reforça a filosofia do Pronasci
142de gerar uma nova inteligência capaz de combater o crime e a violência, e afirmou que

143hoje existem mais de 260 policiais estudando Segurança Pública no País e recebendo
144uma bolsa de R\$400,00. Informou que será realizada a reformulação do DEPEN –
145Departamento Penitenciário Nacional com políticas específicas, envolvendo Cultura e
146Educação, e estabelecimentos penais especiais para jovens, tendo em vista serem os
147maiores reincidentes criminosos. Explanou também sobre as Mulheres da Paz, que
148recebem bolsa de R\$190,00 e fazem curso em formação em Direitos. Elas são
149responsáveis por identificarem as famílias em risco, e encaminharem o jovem com
150necessidade de atenção especial ao PROTEJO, que é um projeto para jovens de
151território de sem coerção social para que tenham acesso a uma formação cidadã em
152direitos e deveres. Esse jovem receberá uma bolsa de R\$100,00. Conclui afirmando
153que o Pronasci terá êxito se a Cultura, a Educação e a Segurança Pública estiverem
154convergindo. Diante das informações dadas, o Sr. Gustavo Vidigal (MinC) abriu a
155reunião para intervenções, dentre as quais o Sr. Cássio Piva (Inclusão Social por
156Intermédio da Cultura) discutiu sobre a frase “democracia é não ter pressa” citada
157anteriormente pelo Exmo. Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro. Interferiu a
158Sra. Dulce Lamego da Silva (Dança) que relatou o trabalho feito com mulheres jovens
159que sofreram abuso sexual, promovido através do Convênio feito entre a Secretaria de
160Educação e a Secretaria de Segurança Pública, visando à recuperação dessas
161mulheres com a Dança do Ventre. Também interferiu o Sr. Bruno Monteiro (Artes
162Visuais) que abordou o Programa Criança Cidadã, enfatizando a importância da
163orquestra, regida pelo Maestro Cussy de Almeida, na vida das crianças carentes.
164Questionou se o Ministério da Justiça vê a possibilidade de o Poder Judiciário tornar-
165se coadjuvante pela vascularidade que tem no Brasil suplantando as esferas que o
166Executivo precisa para que ele seja efetivo nas iniciativas surgidas em Brasília que se
167irradiam pelo País. Solicitou ainda o cronograma das ações fundamentais realizadas
168pelo Pronasci. Pediu a palavra o Sr. Ignácio José Kornowski (CNM) mencionando que
169em sua opinião Cultura deve ser compreendida como fator de inclusão Social e
170geração de Receita de desenvolvimento humano. Pediu que fosse discutida a
171sustentabilidade do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania.
172Retomando a palavra, o Sr. Ronaldo Teixeira (MJ) informou que o Gabinete do
173Ministro do Estado da Justiça e a Coordenação do Pronasci estão à disposição para
174qualquer dúvida sobre a integração do cidadão na sociedade civil. Citou inclusive um
175documentário que poderá ser apresentado sobre o assunto. Esclareceu que o Poder
176Judiciário e o Ministério Público estão integrados ao Pronasci e destacou que o Núcleo
177de Justiça Comunitária é a realização do respectivo Poder pactuado por um convênio
178atribuído pela Secretaria da Reforma do Judiciário. Se referido às considerações do
179Sr. Ignácio José Kornowski (CNM) disse que a sustentabilidade do Pronasci tem como
180objetivo, nos próximos quatro anos, deixar de ser um programa do Governo Lula para
181ser um Programa de Estado. Retomando as mediações, o Sr. Guido Lemos
182(Informática) mencionou o Sistema Brasileiro de TV Digital e sugeriu a participação do
183Ministério da Ciência e Tecnologia com a ação complementar às realizadas pelo
184Pronasci de elaborar editais com o foco em desenvolvimento de soluções para a
185Segurança Pública. A seguir, o Sr. Alberto Ferreira (Andifes) colocou que as
186Universidades além de ministrarem cursos podem participar através da extensão
187universitária que promove ações com as populações contempladas pelo Pronasci. O
188Sr. Amilson Godói (Música Erudita) demonstrou a preocupação de como as sugestões
189colocadas no CNP irão ser acatadas pelo Pronasci. Com a palavra, o Sr. Luiz de
190Jesus Fidélis (Povos Indígenas) foi categórico ao afirmar que os povos indígenas por
191meio da arte estão mobilizando a sociedade e impondo o seu valor cultural. Falando
192sobre o Projeto Alvará de Expressão, desenvolvido em Pernambuco, se manifestou o
193Sr. Oséas Borba (Teatro). Relatou também a relevante importância dos Pontos de
194Culturas disseminados pelo País. O Sr. Antônio Carlos Vieira (Museus) explanou sobre
195o papel fundamental do museus em estabelecer diálogos com os povos das
196comunidades. Em seguida, o Sr. Vitorino Chermont (IHGB) questionou se atualmente
197existe alguma articulação com instituições e empresários no sentido de incorporar os

198jovens após o processo de ressocialização no mercado efetivo de trabalho com a
199finalidade de evitar a reincidência. O Sr. João Roberto Nascimento (Frente Nacional
200de Prefeitos) apontou como fundamental a transversalidade da cultura, no entanto
201demonstrou satisfação de que a Cultura muitas vezes é vista apenas pelo aspecto
202lúdico, mas faz-se necessário ser vista pelo aspecto da viabilidades econômica e de
203sustentabilidade. Em sua intervenção, o Sr. Luis Roberto enfatizou as práticas de
204tratamento desigual nas instituições de Estado e na sociedade civil carecem de ma
205política ativa do Estado que estimule a prática de tratamento igualitário ao cidadão. O
206Sr. Paulo Ormino de Azevedo (IPHAN) rememorou a importância em se observar a
207dimensão espacial, e a dimensão de poder e a dimensão da criminalidade organizada
208no País para melhor aplicar o Pronasci. Manifestou-se também o Sr. Otávio Velho
209(SBPC) comentando sobre a transversalidade da questão da Segurança Pública.
210Informou que o Ministério da Ciência e Tecnologia lançou o Programa dos Institutos
211nacionais de Ciência e Tecnologia cuja finalidade é criar institutos nacionais em
212assuntos científicos e tecnológicos e propôs que na área de Ciência Sociais seja
213abordado o tema Segurança Pública. A Sr. Solange Lima comunicou que será
214realizado o Encontro Nacional de Audiovisual dos 27 estados e o DF, em Salvador, no
215dia vinte e sete de setembro e convidou os Membros do conselho a participarem. O Sr.
216Fernando Rossetti (GIFE) enfatizou que no Brasil existe no momento um movimento
217do Estado Federal de revisão de incentivos fiscais e isenções tributárias no Conselho
218Nacional de Assistência Social – CNAS, no Conselho Nacional da Criança e do
219Adolescente – CONANDA, dentre outros, o que deixa transparente a falta de visão
220nacional sobre incentivos fiscais. Com a palavra, o Sr. Alfredo Manevy (MinC) na
221coordenação dos trabalhos agradeceu em nome do Exmo. Ministro de Estado da
222Cultura, Sr. Juca Ferreira, a exposição do Sr. Ronaldo Ferreira (MJ) e rememorou a
223relevância do Ministério da Justiça ter assento permanente no Conselho Nacional de
224Política Cultural – CNPC e que a solicitação seja incorporada ao Decreto nº
2255.520/2005. Retomando a palavra, o Sr. Ronaldo Teixeira (MJ) agradeceu em nome
226do Exmo. Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro, o assento no CNPC e em
227razão das ponderações feitas pelos Srs. Conselheiros, informou que o Ministério da
228Justiça contratou a Fundação Carlos Chagas – FGV para avaliar o Pronasci desde a
229elaboração do projeto até a sua consecução, com a finalidade de auxiliar a boa
230aplicação do Programa. Referindo-se às colocações dos Sr. Conselheiros fez breves
231esclarecimentos. Com a devida licença dos participante da reunião, a pedido do Sr.
232Gustavo Vidigal (MinC) foi dado um informe antes de prosseguir à pauta. Falou sobre
233o Programa de Formação para Conselheiros Nacionais de Políticas Culturais que está
234sendo realizado pela Secretaria Geral da Presidência e comunicou que as inscrições
235poderão ser realizadas de dezoito a vinte e dois de agosto no site
236WWW.ufmg.br/conselheirosnacionais para um segundo curso tendo em vista o êxito
237do primeiro. O Curso é oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
238em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República. Com a devida
239licença dos Srs. Conselheiros, a ordem de pauta foi modificada. O Sr. Gustavo Vidigal
240(MinC) abordou o próximo item de pauta, solicitando o Sr. Alfredo Manevy (MinC) o
241relato da matéria. III – TERMO DE PARCERIA MINISTÉRIO DA CULTURA E
242CINEMATECA BRASILEIRA. O Sr. Alfredo Manevy (MinC) iniciou o breve relato sobre
243o Programa Mais Cultura. No entanto, dispensou maiores considerações tendo em
244vista que em outra ocasião o assunto já havia sido discutido. Informou que o Mais
245Cultura já está em processo de execução e implementação. Citou que o Programa tem
246um conjunto de parcerias sendo realizadas nesta etapa e que o Secretário Sr. Silvio
247Da-Rin (MinC) irá apresentar a ação ligada às questões do audiovisual e questões
248digitais para apreciação dos Srs. Conselheiros do CNPC. Iniciou o relato mencionando
249o acordo de cooperação técnica que o Ministério da Cultura firmou com a Sociedade
250de Amigos da Cinemateca – SAC, que é uma OSCIP presidida pela Sra. Maria Dora
251Mourão e formada para apoio das atividades de preservação, memória e difusão da
252cinemateca brasileira. Citou que o Termo de Parceria engloba três grande ações,

253distribuídas em três Planos de Trabalho com execução prevista para os próximos doze
254meses. O primeiro Plano de Trabalho consiste em ações que se relacionam com
255atividades audiovisuais, em duas vertentes: produção de conteúdo e implementação
256de pontos de difusão digital. A segunda linha de ação é a Programadora Brasil. E o
257terceiro Plano de Trabalho consiste no Programa de Preservação e Difusão de
258Acervos Audiovisuais. Devido à solicitação dos Srs. Conselheiros da copa impressa do
259Plano de Trabalho referente ao assunto, e com a concordância de todos, a pauta foi
260adiantada prevendo o retorno ao assunto quando o material estiver à disposição. III –
261DELIBERAÇÕES: A) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária. A apreciação da Ata
262da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural foi transferida para
263o final da reunião pelo fato de, alguns Conselheiros não terem feito a leitura da
264respectiva e se julgarem incapazes para a votação. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC)
265informou que devido a sua extensão ela foi publicada no site do Ministério da Cultura.
266VI – GRUPO DE TRABALHO: COLEGIADOS SETORIAIS. A) Apresentação do
267relatório. B) Debates e deliberações. Fazendo o uso da palavra, o Sr. Gustavo Vidigal
268(MinC) informou que foi assinado um requerimento por quinze membros do Conselho
269solicitando a retirada de pauta postergando o tema para a 4ª Reunião Ordinária do
270CNPC. O Sr. Oséas Borba Neto (Teatro), um dos Conselheiros que assinou o
271requerimento, esclareceu que o documento cita que o assunto só seja colocado em
272pauta depois de discutido nas Câmaras Setoriais. Com a palavra, o Sr. Antônio Carlos
273Vieira (Museus) rememorou que o relatório está pendente desde a reunião ocorrida no
274dia 29 de abril de 2008, ocasião na qual foram feitas propostas de alterações e
275supressões pouco significativas havendo um consenso com exceção da mudança
276proposta para o artigo 10, inciso II. No entanto, não houve consenso em relação à
277composição dos colegiados. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC) comunicou que haverá
278reunião das câmaras setoriais e do colegiado em Brasília entre os dias 13 e 17 de
279outubro de 2008. Pediu a palavra a Sra. Dulce Lamego Silva (Dança) para expor aos
280Srs. Conselheiro o significativo avanço da Dança no País após a participação na
281Câmara Setorial e citou a sua indicação como representante a Câmara Setorial de
282Dança. Colocou que em sua opinião, concordando com o requerimento, só deveria
283alterar de câmara setorial para colegiado depois de uma análise feita pelas câmaras
284setoriais. O Sr. Antônio Carlos Vieira (Museus) comunicou que foi enviado o relatório
285do Grupo de Trabalho a todos os Sr. Conselheiros e em anexo um Termo Comparativo
286com destaque às mudanças ocorridas em consenso. Ressaltou ainda a importância de
287deliberação deste assunto para que o Regimento Interno do Conselho Nacional de
288Política Cultural seja aprovado e colocado em funcionamento. O Sr. Amilson Godoy
289(Música Erudita) fez uma observação sugerindo que se faça uma pesquisa para saber
290em que momento e por que motivo os conselheiros não são remunerados, sendo que
291a participação dos membros do CNPC é considerada prestação de serviço de
292relevante interesse público considerando que todos os prestadores de serviço do
293Estado, da República, são remunerados. O Exmo. Ministro de Estado da Cultura, Sr.
294Juca Ferreira, solicitou a palavra e assumiu o fato de não terem sido realizadas as
295reuniões das câmaras setoriais e disse que solicitou à Secretaria de Políticas em
296nome do Ministério da Cultura executar as reuniões. Colocou enfaticamente que em
297sua opinião as câmaras setoriais permanecerão, tendo em vista que sintetizam a
298Cultura em três dimensões: fato simbólico, direito de cidadania e economia. A
299solicitação de retirada do tema de pauta foi submetido aos Srs. Conselheiros, em
300regime de votação, sendo então aprovado, com as ponderações feitas. IV – GRUPO
301DE TRABALHO: DECRETO Nº 5.520/2005. A) Apresentação do relatório (composição
302do Plenário – art. 12). B) Debates e deliberações. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC)
303antecipou que esse item consiste na proposta de alteração que o Conselho Nacional
304de Política Cultural irá fazer à Casa Civil no Decreto que instituiu o CNPC. A palavra
305foi concedida a Sra. Patrícia Canetti (Artes Digitais) para o relato da matéria. Iniciando
306as deliberações, no item 3 – Alteração do inciso 1º, além das alterações já propostas,
307incluiu-se Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos. No item 6 –

308Alteração do inciso VII do § 1º e mediante as ponderações feitas pelos Srs.
309Conselheiros foi colocado em regime de votação para aprovação as cinco entidades
310do Estado Poder Público para representação no CNPC: Ministério do Trabalho e
311Emprego, Ministério das Comunicações, Secretaria de Comunicação, Fórum dos
312Secretários Municipais das capitais e Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de
313Cultura. Em seguida, foi encaminhado para votação aos Srs. Conselheiros as
314entidades da Sociedade Civil para representação, sendo então deliberados:
315Arquitetura e Urbanismo, Design, SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da
316Ciência, IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Artesanato. E ainda com
317direito a voz e sem direito a voto: Campo Público de TV e Rádio, Comitê Gestor de
318Internet, Moda e Informática. O Sr. Alfredo Manevy (MinC) fez um aparte sugerindo ao
319Conselho que sobre os temas Regionais e Imigrantes seja feita uma parceria com o
320IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e que se faça uma
321discussão sobre memória. Idealizou que seja o início para consolidar o Fórum
322Nacional das Entidades Representativas do Imigrantes, a proposta foi acatada por
323unanimidade. Em um aparte, o Sr. Oséas Borba Neto (Teatro) propôs que nas
324próximas reuniões ao intervirem, os Membros do CNPC informem o estado de origem
325e a representação para maior identificação ao longo dos debates. O Sr. Cesar Piva
326(Inclusão Social por Intermédio da Cultura) solicitou um aparte para informar sobre o
327Encontro Nacional realizado em Garanhuns e comunicou que foi deliberada uma carta
328sobre a cooperação internacional sobre os Pontos e Cultura e também foi feito um
329manifesto audiovisual chamado Aquele Abraço em despedida do ex-ministro da
330Cultura Gilberto Gil. Citou que forma coletados mais de mil depoimentos que estão
331expostos no site WWW.iteia.org.br. O manifesto publicado tem como meta a
332continuidade à política de gestão iniciada pelo x-Ministro. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC)
333agradeceu a presença de todos no 1º dia da 3ª Reunião Ordinária do Conselho
334Nacional de Política Cultural – CNPC e finalizou a pauta do dia. Aos vinte dias do mês
335de agosto de dois mil e oito, às nove horas e vinte minutos, no Hotel Saint Peter,
336localizado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra dois, no Salão Alvorada, Brasília, DF, sob a
337presidência do Sr. Gustavo Vidigal, Coordenador-Geral do CNPC, e com a presença
338dos conselheiros anteriormente citados, acrescentando o Sr. Ildeu de Castro Moreira –
339Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); e ausência dos Conselheiros Maria Cristina
340Maia e Mário Bibich por indicação do Ministro; e Maurício Pestana – Culturas Afro-
341Brasileiras. Estavam presentes os convidados: Antônio Ziza, Stela Adelaide Farias,
342Clóvis Pablo Costa, Ana Paula Gumy, Luciano Guedes, Denise Velasco, Evaristo
343Nemes e Marla Aguiar – Ministério da Cultura; Márcio Oliveira Gomes – Patrimônio e
344Políticas Públicas; Ruth Ribeiro – Coletivo Gente Brasil; Rosa Coimbra – CNPC
345(suplente); Luciano Guedes e Morgana Eneile – Secretaria Nacional de Cultura do PT,
346foram retomados os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
347Política Cultural. Verificando o quórum regimental, foi declarada aberta a reunião,
348coordenada pelo Sr. Gustavo Vidigal (MinC) destinada a apreciar assuntos pendentes
349do dia anterior além da pauta programada. IV– GRUPO DE TRABALHO: DECRETO
3505.520/2005. A) Apresentação do Relatório (Composição do Plenário – Art.12). B)
351Debates e deliberações. Foi concedida a palavra a Sra. Patrícia Canetti (Artes Digitais)
352para dar continuidade à discussão. Foi deliberado que na mudança do Art. 7º -
353Alteração da Composição dos Membros, para que se mantenha o equilíbrio da
354representação do Poder Público e da sociedade civil, ocorra sempre em votação por
355meio de aprovação por maioria absoluta, pelo fato de modificar o Regimento Interno.
356Foi deliberado ainda a inclusão no Conselho Nacional de Política Cultural – CNP e a
357Academia Brasileira de Música, com direito à voz, mas sem direito a voto. ITEM 5 –
358TERMO DE PARCERIA MINISTÉRIO DA CULTURA E CINEMATECA BRASILEIRA.
359O Sr. Gustavo Vidigal (MinC) esclareceu que o Programa Mais Cultura estabeleceu
360associação com os estados, entidades e a sociedade civil e que a OSCIP Sociedade
361Amigos da Cinemateca – SAC é a primeira parceria e o Ministério da Cultura solicitou
362formalmente ao Conselho comentários sobre o conteúdo o Termo de Parceria. O Sr.

363Francisco Auto (Fórum Nacional de Secretários Estaduais) manifestou a sua
364preocupação em relação à responsabilidade do CNPC em fazer essa avaliação pelo
365fato de ser um documento específico e essencialmente técnico. Em concordância, os
366Sr. Amilson Godói (Música Erudita), César Piva (Inclusão Social por intermédio da
367Cultura), Fernando Rossetti (GIFE), Dulce Lamego Silva (Dança) e Antônio Carlos
368Vieira (Museus) colocaram enfaticamente a posição de que o Conselho Nacional de
369Política Cultural não está apto para o julgamento do Termo de Parceria, por ser um ato
370político em relação à primeira parceria do Mais Cultura com a sociedade civil. Os. Srs.
371Conselheiros colocam enfaticamente que o Conselho deve se limitar a apreciar e
372saudar a iniciativa do Governo. O Sr. Paulo Ormino (Patrimônio Imaterial) citou a
373necessidade de uma consultoria jurídica do Ministério da Cultura para analisar
374aspectos relevantes do Termo e propôs que seja enviado o processo a um relator para
375depois colocar em votação. Sugeriu o Sr. Alberto Ferreira (Andifes) que tendo em vista
376que o Termo de Parceria será analisado pelo CNPC que então o representante do
377Audiovisual do Conselho se faça presente na Comissão de Avaliação no momento de
378elaboração do Termo. O Sr. Alfredo Manevy (MinC) elucidou que a função do CNPC é
379fazer uma consulta no sentido de qualificação do conteúdo do Termo de Parceria que
380virão como termos estruturais nas políticas públicas. Informou que na legislação das
381OSCIPs consta uma recomendação de que os conselhos sejam órgãos de consulta.
382Propôs ainda que pelo fato de o Termo de Parceria em questão ser o documento que
383dará vazão à implementação o Programa Mais Cultura que fosse aprovado o
384documento e que a partir dos próximos sejam acatadas as sugestões apontadas pelos
385Srs. Conselheiros. Em contradição e concordando com o Srs. Conselheiros já citados,
386o Sr. Francisco Auto (Fórum Nacional dos Secretários Estaduais) foi enfático ao
387colocar que o assunto deva ser tirado de pauta por falta de competência técnica dos
388Membro em analisá-lo e colocar juízo de valor. Em razão das ponderações feitas, foi
389deliberado que o Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC não se sente apto a
390fazer comentários do documento sob o ponto de vista técnico e jurídico, ou seja, a
391análise pormenorizada do Termo de Parceria. Considerando ser esta a primeira
392análise de tamanha relevância feita por esta instância, o Conselho deliberou que
393alguns ponto precisam ser apreciados: valor baixo do site; tempo suficiente para
394analisar as propostas; constituição de relatoria ou comissão técnica específica para
395analisar essa questão; uma vez que o projeto seja finalizado os bens precisam
396retornar ao Poder Público; a comissão de acompanhamento do Termo de Parceria
397deve incluir uma pessoa do Ministério da Cultura; a importância o Termo de Parceria
398preservar, divulgar e apoiar a memória; e incluir parecer da CONJUR – Consultora
399Jurídica do Ministério da Cultura no Termo de análise. Foram feitos dois
400encaminhamentos, o primeiro pelo Conselheiro Sr. André Lázaro (MEC) de emitir uma
401manifestação genérica que problematize e apresentar que não está previsto no
402Regimento Interno o juízo de o Conselho abordar e fiscalizar o assunto. Segundo, do
403Conselheiro Sr. Francisco Auto (Fórum Nacional do Secretários Estaduais) para repelir
404qualquer responsabilidade do Conselho em relação a Termo de Referência
405Ponderando as considerações feitas ao longo da discussão, elaborou-se a seguinte
406moção “O CNPC está a manifestar-se sobre o Termo de Parceria com a OSCIP
407Sociedade de Amigos da Cinemateca Brasileira – SAC e adota as seguintes
408recomendações: 1. Recomenda a parceria com a OSCIP SAC e destaca a relevância
409do objeto e das linhas de ação do Plano de Trabalho, 2. Na medida em que não teve
410tempo nem condições para análise técnica, e financeira e jurídica de todos os
411elementos do Termo de Parceria remete aos órgãos competentes do MinC para a
412devida análise dessas dimensões; 3. Recomenda a Coordenação-Geral este Conselho
413a adoção de providências visando criar as condições institucionais para o cumprimento
414das atribuições previstas na lei das OSCIPs de modo a evitar a burocratização das
415finalidades e dos procedimentos do Conselho”, que foi submetido à votação pelo Srs.
416Conselheiros e aprovada. O Sr. Roberto Nascimento (MinC) pediu um aparte e
417comunicou que no dia 2 de agosto é a previsão de publicação da Portaria do Ministério

418da Cultura convocando as entidades culturais para o processo de recomposição da
419CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura. Corroborou que a convocatória já
420havia sido realizada no primeiro semestre de 2008 e foram recebidas várias inscrições,
421porém não houve capacidade de habilitar todas as instituições para concorrerem a
422esse novo mandato da Comissão e que por esse motivo está sendo republicada.
423Comunicou que da data inicial a contar 45 dias será o prazo para inscrição. Informou
424ainda que as instituições já inscritas para a primeira chamada serão consultadas sobre
425o interesse em concorrer neste novo momento e na eventual falta da documentação
426exigida serão direcionadas a complementar a documentação. Somente a falta da
427representação nacional impedirá de instituição inscrita participar. Colocou que maiores
428informações podem ser obtidas no site WWW.cultura.gov.br. VII – PAINEL
429“INCENTIVOS FISCAIS E LEI ROUANET”. Com a palavra, o Sr. Roberto Nascimento
430(MinC) iniciou o relato sobre a matéria de pauta. Discursou sobre o modelo de
431financiamento do Estado para a Cultura, destacando que o Orçamento atual é
432insuficiente para a demanda imposta pela sociedade e também os desafios e metas
433que o Ministério da Cultura se colocou. Mencionou o surgimento do PRONAC –
434Programa Nacional de Apoio à Cultura como auxílio para o Orçamento e que tem
435como objetivo unir: iniciativa privada no fomento à cultura; o Fundo Nacional de
436Cultura; e o FICART – Fundo de investimento Cultural e Artístico, este ineficiente.
437Ressaltou ainda a necessidade de uma mudança de visão da sociedade e do Governo
438no atendimento às diferentes matizes de ações culturais e perfis diferenciados dessas
439ações. Chamou a atenção pelo fato de que uma das premissas da Lei Rouanet é a
440tentativa de uma parceria público-privada. Apresentou algumas alternativas para
441melhorar o sistema de incentivo fiscal, tais como: melhoria dos recursos para as
442políticas públicas; ampliação de acessos aos recursos por meio de mecanismos
443diferenciados e integrados; maior adaptabilidade à dinâmica dos segmentos culturais;
444maior governabilidade, transparência e controle social do modelo de financiamento do
445Estado brasileiro; e modernização da gestão, do incentivo e do financiamento.
446Destacou que no modelo atual, um dos grandes problemas é a falta de isonomia entre
447as regras de negócios para cada mecanismo, sendo que qualquer ONG, prefeitura ou
448OSCIP que seja objeto de um convênio para acessar recursos de FNC –
449Financiamento Nacional de Cultura, pressupõe uma contrapartida financeira mínima
450de 20% do valor total do convênio. O Sr. Roberto Nascimento (MinC) informou aos
451Srs. Conselheiros que irá fornecer um resumo do Painel exposto tendo em vista a
452relevância do assunto colocado. Na coordenação dos trabalhos, o Sr. Alfredo Manevy
453(MinC) passou a palavra aos presentes para intervenções. Iniciando, a Sra. Patrícia
454Canetti (Artes Visuais) colocou a sua preocupação com o fato de o Governo estar mais
455interessado nele próprio do que na sociedade que usa a Lei Rouanet. O Sr. João
456Roberto Costa do nascimento (Frente Nacional de Prefeitos) levantou a questão em
457relação ao anúncio público e quando o projeto será enviado para a Câmara e qual
458seria o remanejamento no sentido de um equilíbrio entre o Orçamento e os recursos
459do Fundo Nacional e Cultura e o incentivo fiscal. Com a palavra, o Sr. Paulo Ormindo
460(Patrimônio Imaterial) colocou que em sua opinião deve-se trabalhar o campo da
461criação e o da memória com mecanismos diversificados. O Sr. Amilson Godoy (Música
462Erdudita) mencionou a atual confusão existente ente projeto e produção do evento, o
463que causa que algumas apresentações transcendem a proposta de projeto quando se
464quer a autorização do detentor dos direitos autorais. Retomando a palavra, o Sr.
465Roberto Nascimento (MinC) fez breves esclarecimentos às considerações dos Srs.
466Conselheiros. Com a devida vênua dos Membros da reunião o Sr. Gustavo Vidigal
467(MinC) aproveitando a pausa na discussão sobre o Painel “Incentivos Fiscais e Lei
468Rouanet”, devido à rápida ausência do relator, para ler a Recomendação feita sobre o
469Termo de Parceria, que foi acordada por todos os participantes e produzida em
470congruência com as considerações feitas anteriormente. Voltando ao assunto de
471pauta, o Sr. Paulo Knauss colocou enfaticamente que em sua opinião há necessidade
472de que qualquer dimensão ou redirecionamento de Políticas no Plano Econômico da

473 Cultura passe pela manifestação do Conselho de apoiar a demanda pelo aumento do
474 Orçamento, pensamento este também dos Srs. Cesar Piva (Inclusão Social por
475 Intermédio da Cultura) e André Lázaro (MEC). Foi sugerido pelo Sr. Ildeu que os
476 debates mais polêmicos como o em questão ocorram em dias específicos e que sejam
477 divulgados para além do Conselho Nacional de Política Cultural por uma questão de
478 estratégia política. Fazendo uso da palavra, o Sr. Roberto Nascimento (MinC), para
479 finalizar a discussão fez efêmeros esclarecimentos. Foi feita pausa para o almoço e
480 retomando os trabalhos o Sr. Gustavo Vidigal (MinC) abordou o próximo item de
481 pauta, solicitando o Sr. Marco Souza (MinC) o relato da matéria. VIII – PALESTRA
482 “DIREITO AUTORAL”. O Sr. Marco Souza, Coordenador-Geral de Direitos Autorais do
483 Ministério da Cultura iniciou o relato fazendo uma breve introdução sobre o conceito
484 de Direito Autoral explicando que o Direito Autoral é formado pelo Direito do Autor e o
485 Direito Conexo. Em seguida fez um diagnóstico da situação dos Direitos Autorais no
486 País sendo que hoje há uma fragilidade no sistema institucional tornando incapaz de
487 atender com eficácia a seara autoral por dois motivos principais: baixa
488 institucionalização do setor autoral do Estado e um marco legal e inadequado. No
489 decorrer da explanação, colocou algumas propostas de debates relacionados com
490 diversos pontos relevantes do Direito Autoral no que diz respeito à baixa
491 institucionalização no setor autoral do Estado, tais como: gestão coletiva de direitos;
492 mediação de conflitos e arbitragem; domínio público; registro; dados fiscais e royalties;
493 estrutura organizacional; e expertise estatal. Na seqüência, teceu considerações ao
494 marco legal inadequado propondo debates nos temas pontuados da seguinte ordem:
495 papel do Estado; dispositivos e definições; ambiente digital; interesse público x
496 interesse privado; licenciamento compulsório; obras sob encomenda, na prestação do
497 serviço e sob contrato laboral; obras financiadas com dinheiro público; investidores x
498 criadores; e obras audiovisuais. Para finalizar, ressaltou que para o aumento da
499 capacidade institucional do setor autoral do Estado está sendo elaborado o Programa
500 de Fortalecimento Institucional que visa às medidas de inserção do Direito Autoral no
501 Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2008, a criação de uma
502 Diretoria de propriedade Intelectual ligada à SPC e além da criação de uma instituição
503 vinculada. Devido ao esvaziamento do Plenário, e com a devida licença dos Srs.
504 Conselheiros, o Sr. João Roberto do Nascimento (Frente Nacional de Prefeitos) fez um
505 aparte e propôs como ponto de pauta para a próxima reunião do Conselho um Painel
506 sobre o Sistema Nacional de Cultura. Sugeriu que fossem convidados o Exmo.
507 Deputado Sr. Paulo Pimenta, autor da PEC nº 4.016/2005, que já foi aprovada na
508 Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o Ministério da Educação e o
509 Ministério da Cultura. O Sr. Gustavo Vidigal expôs a sua preocupação em relação ao
510 excesso de assuntos deliberados para a pauta da 4ª Reunião Ordinária e rememorou
511 aos Sr. Conselheiros que já consta em pauta: Grupo de Trabalho da Lei Rouanet;
512 Consultoria Jurídica para discursar sobre os acordos de cooperação; e Colegiado
513 Setorial, para tanto se faz necessário rever e propor um nova data para o cumprimento
514 do assunto sugerido. Fazendo um parte, o Sr. Oséas Borba (Teatro) solicitou ao
515 Coordenador-Geral do CNPC que os arquivos relacionados às exposições feitas na 3ª
516 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural sejam encaminhados via
517 correio eletrônico para os Conselheiros. Retomando o assunto do Painel por um
518 momento interrompido, o Sr. Alfredo Manevy (MinC) ressaltou que a discussão sobre o
519 Direito Autoral dá substância para a afirmação da Economia da Cultura como um
520 território fundamental de atuação de políticas de cultura no País. Com a palavra, o Sr.
521 Vitorino Chermont (IHGB) colocou que o Pen Clube do Brasil (Centro Brasileiro da
522 Associação Mundial dos Escritores) pode ser de grande valia para o CNPC no sentido
523 de contribuição para a revisão do Direito Autoral. O Sr. Paulo Ormino (Patrimônio
524 Imaterial) questionou sobre a compatibilização da legislação nacional com convênios
525 internacionais. Em seguida pediu esclarecimentos sobre a autoria moral no que diz
526 respeito ao plágio. A Sra. Patrícia Canetti (Artes Digitais) sugeriu que fossem
527 abordadas questões específicas sobre o Direito Autoral em cada área que tem assento

528no Conselho. Novamente com a palavra, o Sr. Oséas Borba (Teatro) mencionou a
529possível relevância da colaboração da Associação Brasileira de Autores Teatrais –
530Sbat e a Abramos nas questões discutidas sobre o Direito Autoral. Após ouvir vários
531pontos de grande relevância e serem debatidas as idéias significativas sobre o Direito
532Autoral, o Sr. Marcos Souza (Coordenador-Geral de Direitos Autorais do Ministério da
533Cultura) teceu esclarecimentos fundamentais, divulgou o endereço do correio
534eletrônico direito.autoral@minc.gov.br para possíveis informações. Para finalizar,
535agradeceu a oportunidade de participar da 3ª Reunião Ordinária do CNPC. Antes de
536encerrar foi retomado o item pendente de pauta. III – DELIBERAÇÕES: A) Aprovação
537da Ata a 2ª Reunião Ordinária. Passando à apreciação da Ata da 2ª Reunião
538Ordinária, e colocada em votação, a ata foi aprovada por unanimidade. IX –
539ENCAMINHAMENTOS, INFORMES E BREVES COMUNICAÇÕES. Foi deliberada a
540pauta da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural com os
541assuntos a seguir: Grupo de Trabalho da Lei Rouanet; Comissão Jurídica para
542discursar sobre os acordos de cooperação; Conjur para falar sobre o papel do
543Conselho e suas responsabilidades; Colegiado Setorial, além do pedido de pauta
544solicitado pelo Sr. Michel Etlin (ANEC) que será encaminhado formalmente para a
545coordenação do CNPC. Comunicou que a ata e a gravação serão anexadas no site
546do Ministério da Cultura no final do mês de setembro de 2008. Nada mais havendo a
547tratar, o Sr. Coordenador agradeceu a presença de todos, desejando-lhes um bom
548retorno às suas casas, e declarou encerrada a 3ª Reunião Ordinária do Conselho
549Nacional de Política Cultural. Para contar, eu Gustavo Vidigal, Coordenador-Geral do
550CNPC, lavrei a presente ata. Brasília, 20 de agosto de 2008.